



PEC é a alternativa à TSU

**Redução do Pagamento Especial por Conta
é a resposta do Governo ao chumbo da TSU.**

**Carta do PSD não convence patrões. Centeno
vai defender salário mínimo no Eurogrupo.**



António Costa deverá levar ao Conselho de Ministros de quinta-feira a proposta de uma redução temporária do PEC para todas as empresas. Parlamento vota hoje descida da TSU, com chumbo garantido.

PRIMEIRA LINHA 10 a 13

PEC deve substituir descida da TSU

António Costa quer solução rápida ao chumbo da redução da TSU para mostrar que a solução governativa funciona. A redução do PEC faz o pleno: agrada a patrões e aos parceiros no Parlamento, beneficiando sobretudo as pequenas e médias empresas.

MARTA MOITINHO OLIVEIRA
martaoliveira@negocios.pt
MANUEL ESTEVES
mesteves@negocios.pt

A alternativa à redução da Taxa Social Única (TSU) para os patrões deverá passar por uma baixa do Pagamento Especial por Conta (PEC). A solução é defendida tanto do lado dos patrões como dos partidos, podendo assim ser viabilizada nos dois palcos: concertação social e Parlamento. Além disso, esta opção é também a que reúne a preferência do Governo, sabe o Negócios, que está inclinado a avançar rapidamente com uma redução do PEC.

O fim da TSU será formalizado esta quarta-feira no Parlamento. Para as 15 horas está marcado o debate dos pedidos de apreciação parlamentar do Bloco de Esquerda e do PCP a defender a revogação da redução da TSU. A discussão deverá durar cerca de uma hora e meia. Logo a seguir o fim da TSU é votado e é neste altura que o PSD se junta ao Bloco, PCP, e Verdes, acabando assim com a medida que foi acordada na concertação social como contrapartida ao aumento do salário mínimo.

A redução dos descontos para as empresas com trabalhadores com salário mínimo entraria em vigor a 1 de Fevereiro, pelo que nesta data as empresas ainda não deverão dispor de uma solução que as compense, ainda que de forma indirecta, do acréscimo de custos com o salário mínimo. Mas segundo apurou o Negócios, o Governo já tem um plano B que deverá assentar na redução do PEC. A diminuição a aplicar-se este ano valerá entre 35 e 40 milhões de euros.

A medida ainda tem de ser

aprovada em Conselho de Ministros, o que pode já acontecer esta quinta-feira. A pressa do Governo é justificada pela intenção de mostrar que a solução de apoio ao Governo está coesa, funciona e consegue encontrar soluções para os obstáculos que vai enfrentando, sabe o Negócios. As declarações feitas esta terça-feira pelo Presidente da República vão no mesmo sentido. No dia em que fazia um ano da sua eleição, Marcelo Rebelo de Sousa desdramatizou a importância deste revés com a TSU. "Já tivemos episódios mais complexos do que a TSU", afirmou em declarações à TVI 24, acrescentando que, não sendo possível ter a solução "ideal", arranja-se outra.

Depois de ser aprovada no Conselho de Ministros, a redução do PEC ainda tem de ser discutida e votada no Parlamento, consumindo assim mais tempo. Para evitar que as empresas sejam penalizadas, os deputados terão de apressar o processo legislativo, já que Março é o mês do pagamento da primeira prestação desta espécie de colecta mínima.

O PEC já foi reduzido no seu limite mínimo no **Orçamento do Estado** deste ano, de 1.000 para 850 euros. Mais: o Orçamento abriu também a porta a uma eliminação desta colecta mínima no futuro.

O PEC é mais um adiantamento de IRC que as empresas estão obrigadas a fazer anualmente ao Estado, variando entre um mínimo de 850 euros e um máximo de 7.000 euros, mas que pode ser recuperado pelas empresas no IRC final que suportam. Isto é, o PEC não onera as empresas que pagam IRC, apenas aquelas que não têm colecta suficiente para o absorver.

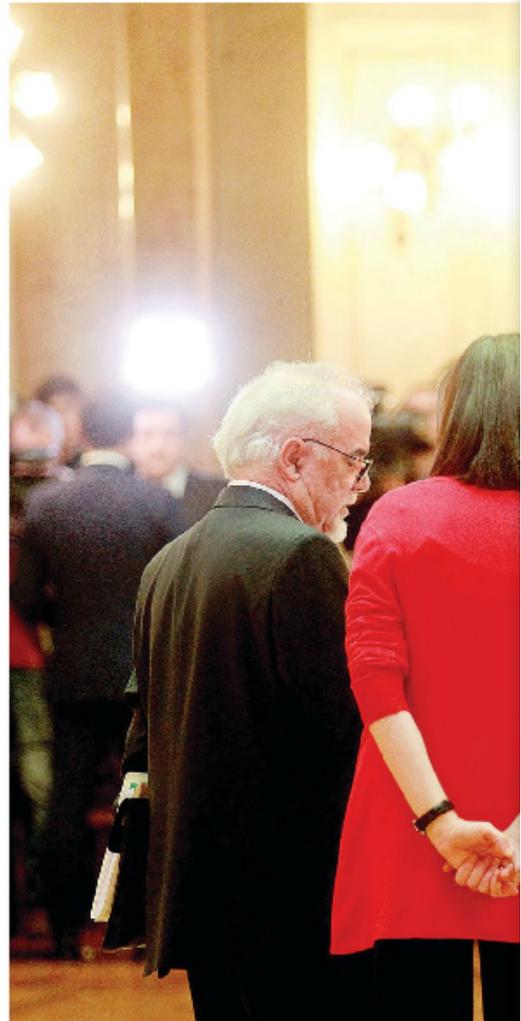
Empresas que pagam IRC não são beneficiadas

A medida é defendida tanto pelo Bloco como pelo PCP (e é até apoiada pelo CDS). Este consenso garante ao Governo o apoio Parlamentar necessário para aprovar uma medida que também colhe junto das associações patronais. No entanto, PCP e Bloco colocam o enfoque no apoio às pequenas e médias empresas. Esta terça-feira, Jerónimo de Sousa defendeu o fim deste adiantamento de imposto em 2018 e os comunistas apresentaram um conjunto de iniciativas de apoio às PME, onde consta o PEC.

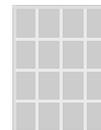
A redução do PEC beneficia no imediato a tesouraria de todas as empresas mas só representa um ganho efectivo para as que não pagam IRC, dado que as restantes podem sempre deduzir o imposto adiantado. Assim, sabendo que a maioria das PME não paga IRC, pode dizer-se que estas serão as principais beneficiadas.

O Governo tem argumentado que, embora a descida da TSU se aplicasse a todas as empresas, as PME assumiam um peso preponderante. Segundo números revelados pelo primeiro-ministro, 56% do apoio dado com a redução da TSU seria para empresas com menos de 10 trabalhadores e 86% para empresas até 50 funcionários. ■

Este ano, o valor mínimo do PEC baixou de 1.000 para 850 euros e, adicionalmente, ficou prevista sua extinção gradual até 2019, a par com a sua substituição pelos famosos "indicadores de base técnico-científica", que estão há anos nos códigos fiscais sem qualquer concretização. A promessa de eliminação faseada foi forçada pelo PCP, por achar que se trata de uma colecta mínima.



Vieira da Silva estará hoje no Parlamento a representar o Governo. António Costa quer



Destaca-se a redução do PEC e a programação da sua extinção até ao final da legislatura.

BRUNO DIAS
Deputado do PCP falando do pacote de medidas de apoio às PME.



Esta [crise] não é mais grave nem menos grave do que outras. Não sendo o ideal, encontra-se outra [solução].

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

Desconto na TSU podia chegar a salários acima do mínimo

Cinco advogadas concluem o mesmo: o desconto na TSU poderia ser reclamado por quem passasse a pagar acima de 557 euros. Parceiros sociais dizem que não era essa a ideia. Governo não responde.

A redução da taxa social única (TSU) que deverá hoje ser revogada no Parlamento também abrangeria as empresas que, tendo pago entre 530 euros e 557 euros, decidam pagar depois de Janeiro um salário superior aos 557 euros, sem estabelecer qualquer limite máximo. Esta é opinião unânime de cinco advogadas de direito laboral e segurança social, que analisaram separadamente o diploma já publicado, a pedido do Negócios.

O diploma refere o valor de salários que tem de ser pago de Outubro a Dezembro para que o trabalhador em causa possa garantir ao empregador o apoio: 530 euros a 557 euros, com a possibilidade de pagamento de trabalho suplementar no seu turno até aos 700 euros. Mas, de acordo com as juristas contactadas, nada se exige sobre o salário pago de Janeiro em diante.

"Para efeitos da aplicação da redução da TSU, será apenas tomado em conta o valor da retribuição média paga entre de Outubro a Dezembro de 2016. O valor pago a partir de Janeiro de 2017, ainda que superior ao salário mínimo, não será relevante para estes efeitos", afirma Sandra Silveira, da Cuatrecasas.

É possível que a esmagadora maioria dos empregadores se limite a aplicar o novo salário mínimo, mas nada impede que nalguns casos vá um pouco além, até por força da contratação colectiva e do chamado efeito de arrastamento. Quem passasse a pagar 560 euros também poderia reclamar o desconto? "Entendo que sim. O conjunto de

trabalhadores relativamente aos quais a medida se aplica é fixado em função da retribuição auferida entre Outubro e Dezembro de 2016, e não em função da retribuição que auferiram depois dessa data", diz Joana Almeida, da Morais Leitão.

Paula Caldeira Dutschmann e Cláudia do Carmo Santos, da Miranda, concordam. Cumpridas as outras condições, "a empresa que tivesse no seu quadro de pessoal um trabalhador que passasse a auferir 560 euros mensais [em Janeiro] teria, a partida, direito a beneficiar da

redução da TSU".

O mesmo diz Inês Arruda, para quem, por absurdo, um salário que passasse de 550 euros para mil euros estaria abrangido, nos termos do diploma.

Além disso, explica também Joana Almeida, o desconto de 1,25 pontos da TSU aplica-se sobre toda a nova remuneração.

De qualquer forma, quanto maior o aumento salarial maior o montante total de contribuições para a Segurança Social, mesmo com desconto. A ausência de um limite máximo – que também se verificou em diplomas de anos anteriores – é por isso mais relevante para entender a abrangência do apoio.

Os parceiros sociais sublinham que não era esse o espírito do legislador. João Machado, da CAP, respondeu na semana passada que "o espírito do acordo não é esse", referiu. "Se o decreto-lei tem um falha terá de ser corrigido", disse. "Pode haver essa interpretação. Mas seria uma forma habilidosa de tentar contornar a lei", referiu Arménio Carlos, da CGTP.

O Negócios colocou a questão na segunda-feira ao ministério do Trabalho mas, apesar da insistência, não obteve resposta.

O diploma deverá ser revogado esta quarta-feira por PCP, BE e PSD. Ao Negócios, o deputado do BE José Soeiro referiu que não pode antecipar com certeza a data de publicação da revogação, mas acrescentou que a votação foi antecipada para tentar impedir que a medida prevista para Fevereiro não chegue a entrar em vigor. ■ CAP

Miguel Baltazar



provar alternativa de imediato para mostrar solidez da geringonça.



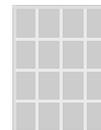
O valor pago a partir de Janeiro de 2017, ainda que superior ao salário mínimo, não será relevante para efeitos de aplicação da TSU.

SANDRA SILVEIRA
Cuatrecasas

O espírito do acordo não é esse.

JOÃO MACHADO
Presidente da CAP





Carta do PSD não convence patrões

Com mais ou menos compreensão face aos argumentos apresentados pelo PSD, as cinco associações empresariais que escreveram a Passos Coelho, protestando pelo chumbo da TSU, insistem que o partido devia ter uma maior preocupação com a competitividade das empresas.

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt
ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

A resposta enviada esta segunda-feira por Marco António Costa às associações patronais que protestaram com o chumbo do PSD à descida da taxa social única (TSU) teve níveis diferentes de acolhimento entre os empresários. Entre quem não entende, de todo, os argumentos do partido, e quem até é sensível a alguns deles, os patrões acabam por convergir em dois pontos: o acordo que existia foi obtido por via negociada e, ao inviabilizá-lo, o PSD está a pôr em causa a competitividade do tecido produtivo nacional.

O têxtil é um dos sectores que “honestamente” não compreende as explicações que recebeu do PSD. A associação sectorial (ATP) acolheu a carta como um balde de água fria, ao perceber que “o PSD mantém-se na mesma”. “Não me parece que vá suceder o que esperaríamos. Vão colar-se ao Bloco e ao PCP no chumbo da medida”, lamenta Paulo Vaz ao Negócios.

Um dos argumentos aduzidos pelos social-democratas é que a concertação social estava sob a “chantagem” do Governo, um ciclo que, agora, se rompe. Mas para a AHRESP, as explicações não têm razão de ser. “A descida da TSU foi discutida, foi aliás muito discutida na concertação social”. Pôr a medida em causa é que “é muito preocupante”, frisa Ana Jacinto, secretária-geral da associação. Fernando Tavino, director executivo da Associação Portuguesa de Facility Services (APFS), prossegue no mesmo sentido: “Os



Miguel Baltazar

O partido de Pedro Passos Coelho respondeu às cinco associações patronais que lhe escreveram. Mas estas não se mostram convencidas.

argumentos políticos não colhem. O que é facto é que se chegou a um acordo. Qualquer atitude do Parlamento contra isso é de confronto com a concertação social”, sustenta o dirigente associativo.

Mais condescendentes, embora nem por isso mais satisfeitos, mostraram-se os industriais das conservas (ANICP) e da cerâmica (APICER). Castro Melo, secretário-geral da ANICP, e José Sequeira, presidente da APICER, dizem “compreender os argumentos do PSD”, reconhecendo-lhes algum peso. Afinal, diz Sequeira, é verdade, como argumentam os social-democratas, que “o acordo come-

çou por ser uma imposição, só depois surgiram as contrapartidas, neste caso a TSU”. “O mais razoável”, completa, “seria que tudo tivesse começado no ponto zero para depois terminar num acordo no seu conjunto”.

Mas, no final das contas, “isto é o que está no terreno”. E “isto” é um salário mínimo (SMN) a crescer em sectores que estão muito expostos à concorrência externa ou muito descapitalizados e para quem esta “posição [do PSD] acaba por ser extremamente gravosa para as empresas”, resume Fernando Tavino.

A indústria conserveira, por

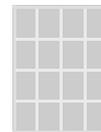
exemplo, enfrenta nos mercados internacionais produtores da Tailândia ou Filipinas que beneficiam de “mão-de-obra barata e custos mais baixos”. E bate-se com esta “feroz concorrência” sabendo, à partida, que “não é fácil aumentar o preço das conservas para cobrir este aumento” dos custos salariais.

A restauração e hotelaria reconhece que 2016 foi um ano globalmente bom para o sector. Porém, argumenta Ana Jacinto, “boa parte das nossas empresas continuam muito descapitalizadas e qualquer agravamento dos custos não é comportável sem contrapartidas”.

Nos serviços de limpeza e simi-

lares (os “facility services”), o aumento de 5% nos custos de pessoal será difícil de repercutir nos preços, “nomeadamente nos contratos públicos porque os orçamentos estão fechados”. Fernando Tavino lembra que, “embora haja legislação que preveja uma actualização extraordinária [dos preços] em função do SMN, isso no ano passado não se conseguiu”.

Em suma, e nas palavras de Paulo Vaz, os empresários esperavam “uma maior sensibilidade do PSD às questões da competitividade, pois são essas que presidem ao acordo da concertação e à compensação [encontrada]”. ■



Centeno defende-se de juros e salário mínimo no Eurogrupo

Portugal está na agenda do primeiro encontro do Eurogrupo deste ano onde será feito um balanço da situação económica e financeira nacional. A subida do salário mínimo não passará despercebida.



Ficámos muito preocupados. (...) A descida da TSU foi discutida, foi aliás muito discutida na concertação social.

ANA JACINTO
Secretária-geral da AHRESP

Honestamente não entendemos os argumentos. Esperávamos uma maior sensibilidade do PSD às questões da competitividade.

PAULO VAZ
Director-geral da ATP

O facto é que se chegou a um acordo. Qualquer atitude do Parlamento contra ele é de confronto com a concertação social.

FERNANDO TAVINO
Director executivo da APFS

Há que valorizar o papel da concertação social. Se essa [TSU] foi a posição de consenso, é essa que deve prevalecer.

JOSÉ SEQUEIRA
Presidente da APICER

Comprendemos os argumentos do PSD, mas o aumento do SMN foi muito grande.

CASTRO E MELO
secretário-geral da ANICP



Quando quinta-feira apresentar no Eurogrupo a sua perspectiva sobre a situação económica e financeira portuguesa, Mário Centeno terá alguns sucessos para mostrar aos homólogos, como a redução do défice orçamental ou crescimento da economia no segundo semestre do ano. Porém, fá-lo-á num contexto de apreensão europeia com a fragilidade portuguesa evidenciada pela subida de juros no final do ano e com algumas políticas, com destaque para o aumento do salário mínimo.

Portugal está na agenda da próxima reunião do Eurogrupo, como destacou esta semana o Dinheiro Vivo, e a ideia é informar os ministros sobre as conclusões da visita pós-programa da troika que decorreu entre 29 de Novembro e 7 de Dezembro, na qual Comissão, BCE, FMI e Mecanismo Europeu de Estabilidade avaliaram a economia portuguesa e os riscos de pagamento aos credores da dívida contraída entre 2011 e 2014.

As principais conclusões são conhecidas desde os comunicados publicados em Dezembro pela Comissão Europeia e pelo FMI. As instituições estão preocupadas com o baixo crescimento e as elevadas dívidas pública e privada, com uma banca pouco rentável, cheia de crédito mal parado, e com um banco de transição por vender, e com a falta de ambição na concretização de um plano de reformas que promovam a competitividade da economia.

Estão são preocupações que se agravaram nos últimos meses. Desde meados de Novembro, a taxa de juro da dívida pública a 10 anos escalou de 3,2% para 3,8% a 3,9%, tendo mesmo neste período ultrapassado a barreira dos 4%. A dívi-

da pública mantém-se como uma das mais elevadas da Europa – esperando-se que permaneça pressionada em 2017 pelo efeito da recapitalização da CGD adida para este ano.

E o Governo avançou entretanto com uma das medidas mais criticadas pela troika: um novo aumento do salário mínimo para 557 euros, sem associar o aumento à evolução da produtividade como defendido por Bruxelas, e prometendo às empresas uma redução da TSU como compensação que afinal será chumbada com os votos dos seus dois parceiros no Parlamento, aos quais se juntou o PSD.

Para a argumentação do ministro das Finanças em Bruxelas é muito importante a questão do acordo dos representantes das empresas, que ficou tremido com o chumbo no Parlamento. Porém, o Governo já terá um plano B para propor e que poderá ser já aprovado no Conselho de ministros de quinta-feira.

Centeno deverá ainda argumentar que o Governo está a fazer a sua parte para reduzir os riscos financeiros em Portugal, reduzindo o défice para um valor inferior a 2,4% do PIB – o menor de 40 anos de democracia como escreveu numa carta recente enviada à Comissão – suportando uma recuperação da economia na segunda metade do ano que surge acompanhada de ganhos de confiança, e procurando agilizar uma reestruturação do sistema financeiro em três pilares: recapitalização da CGD, procura da melhor proposta para o Novo Banco, e estudos para a agilização dos mecanismos legais de reestruturação de créditos. ■

Subida de juros evidencia fragilidade portuguesa.

Rafael Marchante/Reuters



Mário Centeno reúne com homólogos da Zona Euro na quinta-feira.

AValiação

Os sete avisos da troika

As equipas da Comissão Europeia, FMI, BCE e Mecanismo Europeu de Estabilidade estiveram em Lisboa entre 29 de Novembro e 07 de Dezembro, deixando sete avisos sobre a situação nacional.

1. O crescimento continua a estar penalizado pelo elevado nível de endividamento, público e privado, e pelo volume de crédito mal parado.
2. Tanto o mercado de trabalho como o mercado de produto precisam de mais reformas para se tornarem mais eficientes.
3. O crescimento (de 1,1% ao terceiro trimestre) beneficiou de um terceiro trimestre excepcionalmente bom no terceiro trimestre. É preciso crescer mais, e de forma sustentada.
4. A elevada dívida pública, aliada à elevada factura com juros exige uma estratégia de consolidação orçamental clara, apoiada numa melhor gestão da despesa.
5. O sector bancário continua a enfrentar dificuldades, nomeadamente pelas baixas perspectivas de rentabilidade, almofadas de capital baixas e muito mal parado. É necessária uma estratégia abrangente. Solução para Novo Banco que marcou o arranque do ano continua a representar um risco quer para os bancos, quer para as contas públicas.
6. Governo deve garantir que o aumento do salário mínimo leva em conta o aumento da produtividade e a estrutural geral de salários no país. Estes são elementos que estão fora do acordo de aumento do salário mínimo, mas que poderiam ser eventualmente mitigados com o acordo dos patrões.
7. São precisas mais medidas para reduzir o défice tarifário na energia e os custos portuários de forma a reduzir os custos para as empresas.